

3

O Lugar do Pai

3.1.

Transformações no lugar do pai: diferentes pais em diferentes épocas

A reflexão sobre o papel do pai na família do dependente de drogas está relacionada à discussão sobre os papéis sexuais; uma vez que as expectativas em relação à paternidade são parte das expectativas em relação à masculinidade de forma mais ampla. O conflito entre velhas e novas referências sobre o que é ser mulher e o que é ser homem reflete e é refletido pela reformulação nas expectativas sociais acerca das vivências da maternidade e da paternidade. Portanto, faz-se necessária uma revisão histórica da questão da diferença entre os gêneros relacionada às mudanças pelas quais a organização familiar tem passado ao longo dos tempos.

Segundo Lévi-Strauss (1980), a tendência geral entre os antropólogos é afirmar que a vida familiar está presente em praticamente todas as sociedades humanas, inclusive naquelas cujos costumes sexuais e educacionais diferem em grande medida dos nossos. O autor levanta dados que mostram a existência da família, baseada no matrimônio monogâmico e na relação afetiva entre pais e filhos, em sociedades de um nível cultural tão simples que desconhecem os tecidos, a cerâmica e a construção de choças. São sociedades que não têm outra estrutura social para além da família.

Outro aspecto destacado pelos antropólogos é a existência da família como necessidade para assegurar a sobrevivência. Lévi-Strauss ressalta que entre as chamadas tribos primitivas não existiam solteiros pela simples razão de que não poderiam sobreviver. Isto se aplicava, até certo ponto, também aos casais sem filhos. Embora estes pudessem subsistir, em muitas sociedades nunca poderiam gozar de um estatuto pleno dentro do grupo. Na luta selvagem pela existência, antropólogos e sociólogos sublinham a importância da família, que se organizava a partir da divisão sexual do trabalho.

Gough (1980) ressalta que o casamento entre caçadores era destinado principalmente a satisfazer as necessidades econômicas e de sobrevivência. O

acasalamento mais estável é o que melhor permitia uma adequada divisão do trabalho, a cooperação entre homens e mulheres e o cuidado da prole. Segundo a autora, já na sociedade dos primatas encontra-se uma divisão do trabalho baseada no sexo e segundo a qual o papel do cuidado prolongado das crias cabe às fêmeas e o papel da defesa pertence aos machos.

A divisão sexual do trabalho proporcionava a vida familiar e a cooperação dentro do grupo. Diferenças biológicas entre os sexos foram determinantes para designar as tarefas destinadas a cada um. Ao homem, por sua maior força física, cabia a caça e a defesa da prole. A mulher se dedicava à colheita, preparo dos alimentos, vestuário e cuidados com os filhos. Historicamente coube às mulheres o exercício de tarefas na casa em função das demandas criadas pela gravidez (Mead apud Jablonski, 1998). Isto incluía também, conseqüentemente, a educação das crianças e o cuidado de idosos e doentes; ou seja, tudo ligado ao relacionamento privado, que envolvia uma dimensão mais subjetiva, sutil, da afetividade e da transmissão de valores familiares cabia às mulheres.

Considerando-se a prioridade da garantia de sobrevivência nas sociedades primitivas, não faria sentido questionar a divisão sexual do trabalho, sendo este, aparentemente, o melhor arranjo para atender às necessidades vitais. Tal divisão não partia da premissa da superioridade masculina, mas da maior aptidão física do homem para tarefas como a caça e a defesa, por exemplo. Lévi-Strauss (1980) destaca que a dependência mútua entre os sexos tinha como base, portanto, motivos sociais e econômicos. A família era acima de tudo uma unidade econômica (Giddens, 2000).

Se a família tinha uma função econômica, a escolha do parceiro para o casamento era crucial para prover o sustento do indivíduo. Lévi-Strauss (1980) explicita que o casamento não podia ser um assunto privado. Ele não se originava nos indivíduos, mas nos grupos interessados (famílias, linhagens, clãs). A grande importância do casamento fazia com que os pais se preocupassem desde muito cedo com a obtenção dos cônjuges apropriados, podendo prometer seus filhos desde a infância. O tipo de cônjuge com que cada um devia se casar era muito mais importante que o tipo de união que formariam juntos.

O casamento, enquanto escolha individual e baseado no amor, é recente na história da humanidade. Ariès (1973), referindo-se ao período da Idade Média e início dos tempos modernos, a partir do exame dos documentos iconográficos

(particularmente a pintura e a gravura ocidentais) da época, conclui que nessas existências coletivas não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito na área da afetividade e da sensibilidade.

Socci (1983) ressalta que o casamento não desempenhava um grande papel na vida emocional do casal, sendo mais uma função da família, com o objetivo principal da procriação e consolidação de alianças políticas e de parentesco. Até meados do século XIX, tanto na América como na Europa Ocidental, o amor não era considerado condição *sine qua non* para o casamento. Mesmo com o indivíduo tendo a liberdade de escolher o cônjuge, eram avaliadas principalmente a posição econômica, social, o caráter, mas não a qualidade da interação pessoal. O amor poderia vir depois do casamento. De acordo com o levantamento histórico da autora, somente no final do século XIX a união por amor torna-se viável em ampla escala.

Diferentemente de hoje em dia, o casamento e a família tinham um função social e não emocional. Na Idade Média, segundo Ariès (1973), a família não alimentava um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem os filhos, mas era mais importante a contribuição da criança para a família do que o apego que lhes tinham. Em sua análise das pinturas e gravuras da época, a criança só aparece a partir do século XVI. Um dado importante para explicar um menor apego é que as crianças eram educadas, a partir dos sete anos, em outras famílias, só retornando adultas. Soma-se a isto a alta mortalidade infantil da época.

Outro fator salientado pelo autor é a indivisão familiar, a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. Um cavaleiro poderia reunir num mesmo domínio 10, 20 senhoras, dois ou três casais com filhos, os irmãos e as irmãs solteiras e um tio que poderia preparar a carreira de um sobrinho. Não existia quase nenhuma intimidade, pois as pessoas viviam misturadas umas às outras. A vida, até o século XVII, era vivida principalmente em público.

A partir do século XVIII, o sentimento de família se fortaleceu à medida que a sociabilidade se retraiu. A família conjugal moderna seria, portanto, a consequência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão. A intimidade da vida privada foi tomando o

lugar das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições. A família moderna separa-se do mundo e busca se proteger da sociedade a partir do grupo solitário dos pais e filhos.

A modernidade e a crescente urbanização fizeram com que a família fosse se isolando, em um processo que gerou o que Jablonski (1998) batizou de “FAMÍLIA ILHA”. A família foi se transformando em uma ilha, à medida que o número de filhos e agregados diminuiu. Houve uma diminuição da interação entre a família e a sociedade. Antes, quase tudo era feito tendo como base a família, que tinha a função de prover trabalho, aprendizagem, fabricar alimentos, vestuário, etc. O autor afirma que esta perda de funções da família pode ter afetado de forma mais significativa as mulheres, que perderam o suporte da comunidade e passaram a desempenhar tarefas mais subjetivas, sem valor econômico e, por conseguinte, com menor status.

Na segunda metade do século XX, como salienta Socci (1983), os alicerces em que se apoiava a posição mais submissa das mulheres foram demolidos. A evolução no trabalho não exige mais força física e os novos métodos anticoncepcionais permitem que a mulher possa trabalhar, não precisando mais ficar em casa cuidando de um número grande de filhos.

As reformulações pelas quais a família passou culminaram com o questionamento dos papéis sexuais a partir do movimento de emancipação feminina na década de 60. A tradicional divisão sexual do trabalho foi colocada em xeque com a entrada da mulher no mercado profissional. Desde então iniciou-se um conturbado debate que vem causando uma revolução nos estereótipos de gênero.

Na medida em que a identidade feminina passou a ser vinculada também ao trabalho fora de casa e ao sustento financeiro, outrora possibilidades exclusivamente masculinas, houve uma subversão da antiga demarcação entre os papéis sexuais. Jablonski (1998) salienta que os papéis sexuais referem-se às expectativas em relação às atitudes e comportamentos de homens e mulheres em um dado contexto histórico-cultural. Estas expectativas criadas pela sociedade, a partir das diferenças biológicas, demarcam o que é esperado de cada sexo no trabalho e na esfera afetiva.

O movimento de emancipação feminina passou a exigir os mesmos direitos para homens e mulheres e, conseqüentemente, uma divisão igualitária das tarefas

relacionadas aos cuidados com os filhos. As diferenças psicológicas e comportamentais entre os sexos passaram a ser encaradas como sócio-culturais e não mais biológicas. A luta mais agressiva por direitos iguais começa quando a mulher ingressa no mercado de trabalho, recebendo um salário menor e passando a ter uma dupla jornada, pois continuava a ser a responsável pelo serviço doméstico.

As fronteiras, antes nítidas, entre os papéis a serem desempenhados pelos gêneros foram sendo abolidas, gerando o que diversos autores conceituam como crise de identidade masculina. O que era socialmente esperado de um homem e, conseqüentemente, de um pai, era claro, sabido por todos e marcado pela oposição ao papel feminino: firmeza, comando, iniciativa, ambição profissional e financeira. Esses atributos masculinos estavam vinculados a uma dimensão mais concreta. Da mulher esperava-se o desenvolvimento de aptidões mais subjetivas, que ajudassem na mediação das relações familiares, na administração do lar e criação dos filhos.

3.2. Crise de identidade masculina

A partir do momento em que ambos os sexos passaram a estar igualmente aptos para o trabalho, que não mais exige vigor físico, aboliram-se as convicções sobre o papel social a ser desempenhado pelo homem e pela mulher. Configura-se assim, como apontam Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro (2002, p.293), "uma revolução nas relações de gênero, com a desconstrução das imagens tradicionais de feminino e masculino e com a retirada de fronteiras de seus respectivos territórios".

A crise de identidade masculina surge a partir do momento que antigos padrões de atitudes e comportamentos definindo os papéis sexuais tornaram-se ultrapassados, gerando uma insegurança acerca do que é esperado hoje de um homem. Nolasco (1995) fala de um processo de desconstrução do masculino. A representação da masculinidade a partir de características como: virilidade, posse, poder, agressividade e competitividade é hoje relativizada. O autor ressalta que não existe mais "o masculino" como único conceito norteador e gerador de referência para o comportamento dos indivíduos.

Alguns autores (Jablonski, 1995; Silveira, 1998) ressaltam um sentimento masculino de perplexidade e de confusão na atualidade. Antigas referências se foram em relação à função do pai - vinculada à função do homem - sem que outras se estabilizassem. Há uma queixa clínica dos homens de solidão e perda de identidade familiar.

Em grupo de terapia de casais conduzido por Peggy Papp e Peter Fraenkel, no Ackerman Family Institute, um marido respondeu à pergunta: "O que você acha mais difícil no que se refere ao papel do homem no mundo de hoje:"

Eu sabia o que significava ser um homem, mas não sei mais. No trabalho esperam que eu seja empreendedor, que assuma responsabilidades, que tenha as respostas certas e nunca perca o controle das minhas emoções. Em casa esperam que eu seja generoso, afetivo, sensível, que expresse meus sentimentos e que chore bastante. Não sei mais quem eu devo ser. (Papp, 2000, p.13)

Messeder (1995) salienta que presenciamos hoje uma desconstrução do discurso naturalista e linear, no qual se insere a oposição masculino/feminino. A tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres está em xeque, como pontua Jablonski (1995), gerando dúvida e insegurança. As mudanças em relação à masculinidade incluem a dimensão da paternidade. A tradicional divisão de tarefas em relação à criação dos filhos determinava como papel do pai principalmente ser o provedor financeiro, enquanto à mãe cabia o cuidado dos filhos na rotina doméstica. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho este arranjo foi questionado e passou a ser reivindicada uma divisão igualitária entre pai e mãe na criação dos filhos.

Silveira (1998) aponta que o homem, após o nascimento do filho, precisa demonstrar habilidades que nunca teve estímulo para desenvolver. A sociedade desencoraja o menino a brincar de boneca, por exemplo; porém, é através da atividade lúdica que se inicia a compreensão dos papéis sociais.

Apesar de nos dias de hoje o casal, em seu discurso, reconhecer a importância da divisão de tarefas na atenção aos filhos, na prática os estudos mostram uma realidade bem diferente. Observa-se nos homens uma atitude igualitária que contrasta com um comportamento conservador (Jablonski 1998,1999). Eles defendem na sua fala que homens e mulheres contribuam da mesma forma para a organização doméstica, mas na prática reproduzem o modelo tradicional, muitas vezes transmitido pelos seus pais.

Féres-Carneiro (2001) constatou, em sua pesquisa com casais de classe média da população carioca, que a participação masculina no cotidiano doméstico é vivenciada como uma ajuda à mulher. Este resultado confirmou, em parte, os dados obtidos por outra pesquisa da mesma autora em 1987 e por Jablonski (1998), que ressaltam que o verbo ajudar indica que os homens se sentem fazendo uma concessão às mulheres.

Apesar das atitudes igualitárias preexistentes, Jablonski (1999) sinaliza que a divisão de tarefas dentro do lar vai ficando cada vez mais estereotipada e tradicional à medida que os filhos crescem. Na medida em que os papéis de gênero tradicionais deixaram de nortear o caráter dos casamentos, os jovens adultos perceberam-se sem orientação sobre o que deve ser feito (Rosen, 1999).

A crise de identidade masculina se configura a partir do momento em que a certeza sobre o que é ser um homem, sobre qual é o papel paterno, deu lugar à incerteza contemporânea. O pai da atualidade, que foi criado conforme os estereótipos de gênero, tende a defender a divisão igualitária nos cuidados com os filhos, mas no dia-a-dia pode acabar reproduzindo o modelo conservador. Percebendo-se confuso entre os valores contemporâneos e a maneira como foi criado pelos seus pais, ele manifesta uma atitude progressista, mas na prática acaba cedendo àquele padrão mais arraigado. A mãe é também responsável pela manutenção deste velho padrão quando assume todas as responsabilidades e desqualifica o homem em sua aptidão para cuidar dos filhos ou o exclui da organização doméstica.

A criação dos filhos baseada nas diferenças de gênero, segundo Rosen (1999), permanece ainda muito entranhada em nossa cultura. As meninas são encorajadas a se expressarem emocionalmente e os meninos a serem durões e resistentes. Enquanto a linguagem das meninas reflete intimidade e compartilhamento, a linguagem dos meninos é competitiva e orgulhosa. Devido a esta criação diferenciada a autora acredita que continua a existir uma deplorável falta de preparo dos homens para assumirem um relacionamento colaborativo na família. Tanto a mulher quanto o homem mantém arraigados esses velhos padrões que foram transmitidos através de muitas gerações. Romper com esse legado familiar representa trair princípios sedimentados ao longo de décadas.

Silveira (1998), em sua experiência clínica, observa frequentemente os homens se queixando de solidão pela perda de identidade familiar, além de um

sentimento de rejeição e desqualificação de suas atitudes direcionadas à família. O autor enfatiza a necessidade dos gêneros, a partir da mais tenra idade, relacionarem-se a partir de novos paradigmas, abrindo espaços em brincadeiras e jogos para vivenciarem questões que terão que lidar no futuro, como, por exemplo, a maternidade e a paternidade. Silveira destaca que o exercício efetivo da paternidade, tão cobrado dos homens, é algo inédito na história da humanidade. Nunca houve uma sociedade onde fizesse parte da formação (ou mesmo obrigação) do homem desenvolver a habilidade de cuidar de crianças.

Apesar das atitudes progressistas dos homens, na hora da ação percebe-se o quanto é difícil romper com os velhos padrões conservadores a respeito das diferenças de gênero. A metáfora do “boçalossauro” é utilizada por Jablonski (1995) para explicar o quanto é difícil modificar entranhados comportamentos machistas. Para o autor, os homens de hoje seriam uma espécie de dinossauro que escapou à extinção. O “boçalossauro” seria o monstro que habita as profundezas da alma masculina, fazendo que os homens tenham comportamentos machistas, guiados pela imagem da mulher submissa, frágil e seguindo os princípios de uma dupla moral sexual.

Observamos, a partir da escuta clínica, que na crise familiar deflagrada pelo abuso de drogas os estereótipos de gênero se evidenciam quando o pai, muitas vezes, se exclui do tratamento do filho ou atribui à educação da mãe a causa do envolvimento do mesmo com as drogas. Muitas vezes o pai exalta o seu papel de provedor dizendo ter trabalhado muito para nunca deixar faltar nada ao filho. Este discurso parece se encaixar na divisão tradicional dos gêneros, pois é como se coubesse ao pai apenas o sustento financeiro. Frequentemente, nessas situações, a mãe é acusada de mimar demais o filho, daí resultando o uso de drogas. Neste exemplo fica ressaltado o papel do pai de provedor e da mãe de educadora.

Devemos lembrar, entretanto, que tanto o homem quanto a mulher reproduzem a tradicional divisão sexual na atenção aos filhos. Percebemos, nos atendimentos clínicos, ser comum a mãe esconder do marido o uso de drogas do filho, como se fosse somente sua a responsabilidade por enfrentar o problema. Acreditamos que um exercício parental mais compartilhado é um desafio tanto feminino quanto masculino, uma vez que observamos muitas vezes a própria

mulher desvalorizando o pai e tentando excluí-lo do desempenho de tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos.

3.3. O papel do pai

Discorremos sobre a crise de identidade masculina, uma questão contemporânea que aflige os pais deixando-os confusos sobre qual é o seu lugar na família, sobre como exercer a paternidade. Nossa reflexão agora tem como foco o papel do pai no desenvolvimento do indivíduo. Buscamos investigar o lugar que lhe cabe na família, o seu diferencial no exercício parental.

Esse lugar do pai que investigamos não necessariamente precisa ser ocupado pelo pai biológico, mas por alguém significativo, do sexo masculino e que seja responsável, junto à mãe, pela educação do filho. Cabe salientar, que embora possamos usar a expressão função do pai, não estamos nos referindo ao conceito de função paterna, não adentrando dessa forma o território psicanalítico, que por sua complexidade exigiria um realinhamento de todo o trabalho para utilização deste conceito com respaldo teórico.

Berger & Luckmann (1966) destacam o papel da socialização primária - realizada pela família ou por outros significativos - para que o indivíduo torne-se membro da sociedade. Os autores reforçam que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas sim com a predisposição para a sociabilidade. Através da socialização primária o mundo social é "filtrado" para o indivíduo pelos outros significativos. Este processo é mais do que um aprendizado meramente cognoscitivo, pois ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. A criança identifica-se com os outros significativos de forma emocional, absorvendo os papéis e atitudes destes. A interiorização só se realiza quando há identificação e, por meio desta, a criança torna-se capaz de identificar a si mesma e adquirir uma identidade subjetivamente coerente.

Entretanto, Berger & Luckmann (1966) alertam que na socialização primária não há escolha dos outros significativos, cada um tem que se arranjar com os pais que tem. São os adultos que estabelecem as regras do jogo e a criança, mesmo não sendo simplesmente passiva, identifica-se automaticamente com os outros significativos que não escolheu. A criança interioriza a realidade

dos outros significativos como sendo o mundo e não um dos muitos mundos possíveis. Por esta razão o mundo interiorizado na socialização primária fica mais marcado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias. A socialização, no entanto, nunca é completa, nem jamais está acabada.

A reflexão sobre a socialização primária efetuada por Berger & Luckmann (1966) traz ferramentas importantes para pensarmos sobre o papel da família, e sobre a sua marca enquanto agente socializador. O indivíduo vai construindo sua identidade pela identificação com os pais, que lhe apresentam uma realidade específica, um mundo particular, que contém um modelo de atitudes e comportamentos. Os pais, dessa forma, têm grande responsabilidade pela inserção social dos filhos. Lembramos que na situação do abuso de drogas o sujeito fica à margem da sociedade.

Ao longo do tempo, esse papel da família de efetuar a socialização primária foi realizado de diversas maneiras, dependendo do período histórico e da sociedade em questão. O que se espera de um pai hoje não é o mesmo que ontem, por isso é importante situar os dilemas da paternidade atual dentro de uma perspectiva temporal.

Roudinesco (2002) distingue três grandes períodos na evolução da família, situando a posição do pai em cada um deles. Numa primeira fase a célula familiar encontrava-se inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal. No século XVII o pai era o representante de Deus e o substituto do rei na família (Felzenszwalb, 2003). Essa família servia acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio, não sendo um espaço privado e propiciador de intimidade. A convivência do pai com o filho era mínima, já que este era educado fora do lar, ainda não existia a escola como instituição. Ariès (1973) sustenta que só entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais - lugar que não poderia ter ocupado antes sendo educada na casa de estranhos, como era o costume da época. A criança era vista como um adulto em miniatura, não ocupando o centro da família como ocorre nos dias atuais. Importava mais a contribuição que um filho pudesse dar em termos econômicos do que a recompensa afetiva.

Numa segunda fase, a família passou a ser orientada por uma lógica afetiva cujo modelo se impôs entre o final do século XVIII e meados do XX

(Roudinesco, 2002). A família passou a ser o lugar privilegiado das relações afetivas entre pais e filhos, onde aparece a função disciplinadora do pai. A mãe era encarregada da alimentação, cuidados higiênicos e afetivos, enquanto o pai atuava como um princípio ordenador, representante da lei e criador de habilidades para a inserção na sociedade (Faria, 2003).

Finalmente, Roudinesco (2002) demarca um terceiro grande período na evolução da família, que precede o atual, por volta de 1960. Essa família unia dois indivíduos em busca de realização íntima, sendo o casamento realizado por amor. A mãe era dona de casa em tempo integral e pai era responsável pelo sustento da família. Enquanto nos períodos anteriores a autoridade e o poder do pai eram inquestionáveis, nessa nova família ficava claro o declínio da supremacia paterna.

O enfraquecimento do pai fez-se lentamente, junto com a crescente exaltação do papel da mãe (Felzenszwalb, 2003). Na Europa, no final do século XVIII, aconteceram três fatores fundamentais na transformação da paternidade: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o Iluminismo (Faria 2003). A Revolução Francesa contribuiu para acabar com a supremacia do autoritarismo do Deus patriarcal, exercido pela Igreja durante toda a Idade Média, com a monarquia e o pai na posição de ser supremo da família. O lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" reforçava os direitos do Homem e não do Pai.

O Iluminismo contribuiu para a modernização da paternidade enfatizando o pensamento científico-racional, a liberdade individual e o referencial democrático. A cultura da paternidade começou a se tornar mais igualitária, sendo os pais agora direcionados a perceber as necessidades da criança.

Finalmente, a Revolução Industrial foi um fator muito importante para a transformação da paternidade. Até meados do século XIX, o trabalho era realizado em casa, não havendo diferenciação entre o espaço do lar e do trabalho. Com a industrialização, os trabalhadores foram trabalhar em outro local, afastados da família. O pai foi perdendo o poder no espaço familiar e a mãe foi ganhando autoridade. A soberania divina do pai foi desafiada pela irrupção do feminino (Roudinesco, 2002). O pai, distante das obrigações cotidianas da casa, foi ficando limitado ao papel de provedor.

A família foi se tornando cada vez mais privada, fechando-se sobre si mesma e ficando menos articulada com o social (Lebrun, 2001). Uma das conseqüências da privatização da família é o declínio da autoridade do pai, que

abre caminho para a figura materna. Lebrun ressalta que o pai perdeu a sua identidade, outrora de representante da autoridade.

Na família dos anos 50/60 o papel do pai estava vinculado ao exterior, ao trabalho fora de casa, sendo providenciados os recursos financeiros a serem geridos pela mãe, por sua vez restrita ao espaço privado. Entretanto, no final da década de 60 a ideologia igualitarista ganha espaço e os homens começam a se ressentir do peso do papel de provedor, enquanto as mulheres questionam o seu isolamento social por estarem restritas à vida doméstica (Felzenszwalb, 2003). A ideologia igualitarista contesta a distinção de gênero como determinante da organização familiar. Outro fator importante foi a expansão econômica, que passou a requisitar a mulher para o mercado de trabalho.

A partir do momento em que a mulher passa também a sustentar a casa, a característica de provedor do pai deixa de ser um diferencial, sendo, portanto, menos valorizada. O pai, que já tinha perdido muito do seu poder e autoridade sendo visto como "apenas" o provedor, desde então não conta nem com essa referência de identidade. A crise de identidade masculina ganha corpo no vácuo de referências sobre o que é ser homem e ser pai.

O cenário para a discussão da identidade masculina e, dentro dela, da paternidade, é assim resumido por Giffin (1998):

- Os homens sozinhos não garantem mais o papel de provedor da família;
- As mulheres passaram a participar da esfera pública, o que resulta em pressões ideológicas e materiais no sentido da divisão do trabalho reprodutivo;
- As crianças, não representando mais recursos financeiros na família, são "reduzidas" ao seu significado afetivo (nos casos em que a sobrevivência está garantida) e, portanto, "requerem" um outro pai;
- A fragmentação dos laços familiares no divórcio cria uma situação em que muitos homens estão tendo uma oportunidade de assumir o cuidar dos filhos, mesmo que por períodos delimitados.

Segundo Figueira (1986), a vida em uma sociedade onde a família e a subjetividade parecem estar em constante transformação pode gerar uma profunda angústia. Figueira compara a família brasileira tradicional da década de 50 com a da década de 80, citando aspectos desse processo de modernização. A identidade na família tradicional era posicional, sendo definida pela posição, sexo e idade. Essa família tinha uma estrutura hierárquica: o adulto está em um nível claramente diferente da criança e o homem tem mais poder que a mulher. O autor usa a expressão "mapeada" para definir a família tradicional, referindo-se a sua organização e às regras definindo o que era certo e errado. Hoje a família é guiada pelo ideal igualitário, sendo a identidade idiossincrática: homens e mulheres são iguais enquanto indivíduos. As diferenças pessoais estão acima das diferenças sexuais, etárias e posicionais.

Esse processo de modernização da família está longe de ser linear e sem conflitos. Figueira (1986) refere-se a um "desmapeamento", pois coexistem no sujeito mapas, ideais, identidades e normas contraditórias. Desse modo, os ideais da família "arcaica" ainda habitam a família "moderna", não sendo simplesmente deixados para trás. Podemos refletir sobre o "desmapeamento" em relação à paternidade. O pai de hoje sabe racionalmente que seu papel na família não cabe no rótulo de provedor, sendo esperada dele uma inserção também na arena doméstica. Entretanto, muitas vezes sua participação no cuidado dos filhos é encarada como uma concessão às mulheres.

Vários estudos (Trindade, 1993; Trindade, Andrade & Souza, 1994; Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002) demonstram a coexistência de valores tradicionais e contemporâneos no exercício parental. O discurso do pai de hoje não é acompanhado pela prática. As mudanças efetivas na divisão dos papéis na rotina diária de atenção aos filhos ainda são incipientes. A crença de que a mãe é a responsável por gerir a criação dos filhos convive com o ideal igualitário de que a responsabilidade deve ser repartida.

Uma grande barreira a um maior envolvimento do pai na criação dos filhos, apontado por diversos estudiosos do tema da paternidade (Parseval, 1981; Lamb, 1986; Badinter, 1992; Loewenstein & Barker, 1998), é a crença de que a mãe é biologicamente programada para exercer a maternagem, estando, portanto, naturalmente melhor preparada que o homem. Badinter (1992) demonstrou que, ao longo da história, a mulher se comportou em relação ao filho de formas muito

diferentes e distantes daquilo que hoje nossa sociedade considera uma maternagem adequada. A autora sustenta que a teoria do instinto materno é um mito devastador por alimentar a idéia de uma ligação exclusiva da criança com a mãe, legitimando assim a exclusão do pai. O amor materno, longe de ser um instinto, depende de inúmeros fatores como a história pessoal de cada mulher, a conveniência da gravidez, o desejo de ter a criança, a relação com o pai da criança e, também, de fatores sociais, culturais, profissionais, etc.

Parseval (1981) também enfatiza que não há nenhuma desigualdade entre homens e mulheres na procriação: as diferenças são construídas, frutos de fatores ideológicos e culturais. Dependendo do lugar, época, cultura e ideologia, cada sociedade dá maior ou menor importância aos aspectos biológicos masculinos ou femininos. O esperma do coito fecundante ou o sangue do pai, por exemplo, já foram muito valorizados como marca parental em determinadas épocas e culturas, sendo vistos como mais importantes que atributos biológicos femininos como o útero ou o leite materno. A autora ressalta que as sociedades judaico-cristãs são aquelas que mais acentuaram o "vetor útero", chegando de certo modo a confundir maternidade e gravidez-parto. Tamanha valorização desta dimensão biológica não só gera um peso para a mulher como diminui a importância do pai durante a gravidez.

A rigidez dos estereótipos sexuais é também fomentada pela mesma justificativa biológica: a mulher seria naturalmente mais afetiva e o homem mais frio, racional, menos sensível. Essa perspectiva gera no homem uma sensação de inaptidão para a "paternagem" e na mulher uma postura reticente, desconfiada em relação à possibilidade do homem ter habilidade para realmente cuidar do filho, e não apenas colaborar. Lamb (1986), respaldado por inúmeras pesquisas, sublinha que os pais têm a mesma competência para cuidar da criança. Ao contrário do que a concepção de instinto materno pode sugerir, as habilidades de maternagem são adquiridas na prática, no trabalho de serem mães. Como elas cuidam mais da criança, tornam-se mais sensíveis em relação às necessidades desta. O pai, por sua falta de experiência, torna-se menos sensível e confiante nas suas habilidades parentais.

Uma armadilha da concepção da maternidade-paternidade como determinada geneticamente é que o homem, dentro desse paradigma, sente-se ameaçado em sua masculinidade ao exercer a paternagem. Um pai que exerce uma

paternidade próxima, terna e nutriente é descrito como "uma mãe para seus filhos", não existindo, ao que parece, uma referência masculina para essas atitudes (Muzio, 1998). Um pai que cuida corporalmente do filho não é um pai-mãe, ele é simplesmente um pai, como alerta Corneau (1989), chamando atenção para a questão de ainda sermos vítimas do velho preconceito "mulher- interior/homem-exterior".

Considerando-se as diferenças entre o pai e a mãe como socialmente construídas, não havendo uma marca registrada genética da paternidade e da maternidade, retomamos a pergunta que permeia este estudo: qual o papel do pai no desenvolvimento do indivíduo? Qual é o diferencial paterno? Quais as conseqüências da ausência do pai na criação do filho?

Primeiramente, é importante lembrar que ser pai é diferente de ser genitor (Lebrun, 2001). Ser o genitor de alguém não garante que se estabelecerá uma relação entre eles. As relações se constroem a partir das vivências afetivas que nela ocorrem. A definição dos lugares do pai e do filho surge em decorrência da relação interpessoal (Silveira, 1998). O autor salienta ainda que, assim como os pais adotam ou rejeitam seus filhos, os filhos adotarão ou rejeitarão seus pais.

Lebrun (2001), ao se perguntar o que é um pai, destaca o seu lugar como primeiro estranho na família. A definição contrária aplica-se à mãe, já que é preciso que a criança se separe dela para se tornar sujeito, pois inicialmente estão simbioticamente ligadas. O pai, segundo Lebrun, institui a alteridade e facilita a separação entre a mãe e a criança, atuando como contra-peso. Corneau (1989) também sublinha o papel do pai como primeiro outro que a criança encontra fora do ventre da mãe, introduzindo um fator de separação entre elas. Badinter (1992) reforça essa idéia do pai como contra-peso ao explicar que a interiorização dos dois genitores evita que a criança corra o risco de permanecer fechada numa relação a dois que a sufoque.

A simples presença do pai provoca a diferenciação, pois, ao reivindicar sua mulher, ele coloca um fim à simbiose paradisíaca na qual vivem mãe e filho (Corneau, 1989). A criança sente que não é mais o único objeto desejado. O desejo amoroso do casal é fundamental para romper a fascinação exclusiva que a criança desfruta. O pai encarna, como chama atenção Corneau, um princípio de realidade e de ordem na família, facilitando à criança a passagem do mundo da família para o mundo da sociedade.

Realidade e ordem a partir da presença do pai nos remetem à família adictiva, onde o pai muitas vezes assume posição periférica e os mecanismos de negação da realidade e a desordem - alimentada pela dificuldade em relação à imposição de limites - são freqüentemente encontrados. Abordamos na primeira parte deste trabalho a configuração familiar típica nos casos de dependência de drogas: mãe extremamente vinculada ao filho e pai distante física ou emocionalmente. A reflexão sobre o lugar do pai como terceiro que ajuda a romper a simbiose mãe-filho lança luz sobre a problemática adictiva. Relatos clínicos e científicos, sobre famílias em que tal problemática está presente, apontam ser comum o distanciamento paterno.

A questão do pai como primeiro outro (Corneau, 1989; Lebrun, 2001) também é um ponto importante na discussão da adicção. O adicto, em sua obsessão pela droga, prescinde do outro, isolando-se e afastando-se cada vez mais do convívio social. Entretanto, como já tivemos oportunidade de abordar neste trabalho, trata-se de um mecanismo paradoxal, onde ao mesmo tempo o adicto mostra a sua extrema dependência do outro, da família, ao permanecer menino, e a sua busca por independência. O adicto faz uma pseudo-indivuação em relação à família (Stanton et al, 1985). O dependente de drogas, em sua rebeldia, parece buscar a independência excluindo o outro e não a partir deste. Simbioticamente ligado à mãe e sem a forte presença de um pai para ajudar a romper esta ligação, indagamos se o abuso de drogas não representa muitas vezes uma tentativa frustrada de sair da dependência feminina "na marra".

O pai, como lembra Lebrun (2001), serve de obstáculo à devoração da criança pela mãe, ao quebrar a adequação entre o que a mãe diz da criança e o que ela é como sujeito. O pai diz: "Não, ela não é tudo o que você diz dela!" (p.32). Refletindo sobre o abuso de drogas, pensamos em uma mensagem encoberta que também quebra o que a mãe pensa do filho: "Uso drogas, vou contra os seus valores, não me enquadro naquilo que você pensa de mim!" Faltando o pai como contra-peso, o adicto parece buscar fora da família o obstáculo à cola da sua identidade com a mãe.

Segundo Lebrun (2001), o pai também "tem a função de permitir uma relativa confrontação com o vazio, de tornar praticável a convivência com sua existência" (p.31). Novamente, pensamos no adicto que, ao anestésiar seus sentimentos com a droga, não tolera nenhum vazio. Corneau (1995) salienta o

papel do pai de transmitir a capacidade de receber e interiorizar emoções e afetos. Os homens costumam ter vergonha de falar do que sentem, muitas vezes aprendem que é coisa de mulher. Uma forma de camuflar os sentimentos desagradáveis como tristeza, medo ou vergonha é o uso de entorpecentes.

Cabe ressaltar, que as análises acima não visam explicar a dependência de drogas; pois essa, como já relatamos anteriormente, é multifacetada e complexa. Estamos apenas refletindo sobre a adicção, a partir de algumas teorias que abordam o papel do pai, já que este parece não atuar como autoridade nas famílias adictivas.

Um aspecto importante da atuação do pai destacado por diversos autores (Kalina & Korin, 1983; Pellegrino, 1987; Corneau, 1989, 1995; Freitas, 2002) é a inserção social do indivíduo, a capacidade de respeitar a lei, de acatar limites. De acordo com Corneau (1995), as crianças que não conheceram limites impostos pelo pai irão buscá-los em tudo, testando os limites até encontrar quem lhes diga: eis o limite. Esse limite pode chegar a ser a prisão, como alerta o autor. Entretanto, só o amor e a liberdade vão permitir uma positiva e produtiva relação com a lei, não adianta só o temor (Pellegrino, 1987). O limite é eficaz em uma relação afetuosa, com amor.

O pai, mesmo não estando sozinho, é o principal ponto de articulação entre o subsistema familiar e a sociedade mais ampla (Parsons, 1964). Ele é o "responsável pela ruptura do paraíso da abençoada segurança da criança com a mãe" (Felzenszwalb, 2003, p.106). O pai ajuda o filho a romper a dependência da mãe, promovendo sua inserção social. Ele personifica as maiores exigências às quais a criança está sendo solicitada, ficando, portanto, em uma posição de autoridade, significando aquilo que deve ser respeitado, imitado e obedecido. Felzenszwalb refere-se à figura do pai como protótipo da figura de autoridade.

3.4.

Da díade à tríade: o pai dentro das triangulações familiares

Alguns conceitos da terapia familiar sistêmica fornecem subsídios para nossa reflexão sobre o papel do pai. O pressuposto da teoria sistêmica, de que cada parte de um sistema afeta e é afetada por todas as outras partes já dá indícios da importância do pai dentro deste paradigma. Sendo assim, o relacionamento da

mãe com o filho é afetado pela forma como o pai está presente ou ausente - mesmo que morto. A relação mãe-filho pode ser mais simbiótica, por exemplo, em função do medo de outra perda devido à morte do pai. Pode ocorrer também, após um divórcio, da mãe fazer do filho um aliado contra o pai. A autoridade do pai está, pelo mesmo raciocínio, relacionada à atuação dos outros integrantes do sistema familiar, que podem reforçá-la ou desqualificá-la. Em qualquer exemplo, o importante é que nenhum membro da família pode ser considerado excluído ou sem importância, pois todos interferem na dinâmica familiar.

O conceito de triângulo familiar (Bowen, 1978), já abordado neste trabalho, é especialmente útil ao postular que as relações envolvem sempre três pessoas e não duas. O indivíduo é fruto de um pai e uma mãe e, mesmo que esse pai tenha morrido ou desaparecido, fará parte do imaginário da criança, constituindo-se como um terceiro na relação mãe-filho. Além do pai, presente no imaginário, outras pessoas podem se alternar dentro do triângulo que inclui a mãe e o filho, como uma avó ou um irmão, por exemplo. Um terceiro ajuda a diminuir a tensão de uma dupla e pode ser buscado como aliado contra um dos vetores do triângulo.

O triângulo familiar é funcional quando flexível e disfuncional quando rígido. No triângulo rígido as mesmas pessoas ocupam sempre os mesmos lugares. Um exemplo é quando a mãe está sempre aliada ao filho contra o pai. No triângulo flexível há alternância de posições. O filho pode estar em um momento mais próximo da mãe e em outro mais apegado ao pai. Segundo Miermont (1987), em um triângulo funcional a mãe é capaz de permitir à criança que conserve uma boa relação com o seu pai. Corneau (1989) lembra que para evoluir, um homem precisa ser capaz de identificar-se com a mãe e com o pai, havendo a substituição da díade mãe-filho pelo triângulo pai-mãe-filho.

O pai desempenha um papel crucial na constelação familiar, pois sua atuação -quando marcante e não amorfa - promove a flexibilização dos triângulos, ajudando a evitar que se formem díades simbióticas, prejudiciais à diferenciação (Bowen, 1978) do sujeito em relação à família. Pensamos que dentro de uma díade rígida mãe-filho a droga pode ser o terceiro vértice do triângulo, sinalizando a pseudo-indivuação (Stanton et al, 1985) do adicto. Muitas vezes, o traficante está no terceiro vértice do triângulo, representando a autoridade que não existe na família, naquele momento.

A teoria sistêmica fornece ferramentas para ajudar a entender a importância do pai em uma família e também o papel decisivo do pai que este pai teve. O conceito de transmissão multigeracional (Bowen, 1978) postula que os pais transmitem os níveis variados de sua maturidade e imaturidade aos seus filhos. O grau de diferenciação dos pais em relação às suas famílias de origem influencia a tendência dos seus filhos a serem mais ou menos diferenciados em relação aos seus pais.

O conceito de matriz familiar (Groisman, Lobo & Cavour, 1996) também se fundamenta no papel das gerações anteriores no desenvolvimento do indivíduo. A matriz familiar representa o que foi impresso, carimbado no sujeito por outras gerações e que funcionará como uma estrutura, uma resposta interacional nas relações presentes e futuras. Os autores comparam a matriz familiar a um negativo de fotografia. O negativo é reavivado na vivência de novas relações, na tentativa de encaixar o relacionamento presente naquela forma do negativo, sendo buscadas semelhanças e diferenças com a família de origem.

Esses conceitos nos ensinam que o pai de hoje só pode ser compreendido a partir da relação dele com o seu próprio pai e também com outros familiares significativos. A paternidade não vai ser desempenhada a partir de um roteiro escrito numa página em branco. A referência para a paternidade atual está também nas gerações anteriores. Isso ajuda a entender a dificuldade do homem moderno em romper com os tradicionais estereótipos de gênero ao tornar-se pai.

Ramires (1997), em sua pesquisa com homens-pais, constatou que o exercício da paternidade depende da experiência dos entrevistados como filhos, e de como introjetaram o modelo dos seus pais. Para todos os entrevistados de Ramires o parâmetro de relacionamento pai-filho/filha é o relacionamento com o seu pai. A autora concluiu que a realização de um homem como pai depende de sua relação com seu pai, o mesmo ocorrendo com a mulher quando mãe, ponto de vista que endossamos.

Acreditamos que uma boa relação com o pai não é necessariamente sinônimo de uma relação harmoniosa e sem conflitos. O mais importante é o filho poder refletir sobre a sua relação com o pai (mesmo sendo este falecido), e também com a mãe, elaborando-as aos poucos. A relação pai-filho, como todas as outras, não é estanque, sendo co-construída e atualizada ao longo do tempo. A construção de uma visão crítica desse relacionamento é crucial para que se possa

ter maior autonomia na escolha do tipo de paternidade desejada, que então será menos a repetição de um padrão familiar e mais um processo autêntico, criativo.

3.5.

Desafios da masculinidade/paternidade: o difícil processo de tornar-se homem e de ser pai

Por que é difícil ser pai? Enquanto presenciamos um intenso debate acerca da paternidade adequada, ou simplesmente da importância do pai, o mesmo não ocorre em relação à maternidade. A maternidade é encarada como natural, de acordo com o mito do instinto materno - apesar de estudiosos já terem apontado que este argumento não se sustenta historicamente. A maternidade e a paternidade são construções sociais e parece que a nossa sociedade torna esse exercício parental ainda mais difícil para ambos.

Os desafios da paternidade estão atrelados aos desafios da masculinidade; ou seja, é difícil ser pai porque é difícil ser homem. Badinter (1992) lembra que o homem, nascido de uma mulher, está condenado à diferenciação durante grande parte da sua vida. Ele precisa se opor à sua mãe, à sua feminilidade, à sua condição de bebê passivo. "Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homossexual" (p.34). Badinter salienta que as dificuldades da masculinidade são patentes, principalmente em nossos dias, onde o homem não tem mais o poder que camuflava as suas inseguranças.

Osherson (1986), Corneau (1989) e Badinter (1992) enfatizam as dificuldades para o desenvolvimento da identidade masculina, correlacionando-as à questão da freqüente ausência do pai para facilitar esse processo. Segundo Osherson, a pressão para se identificar com o pai cria um dilema crucial para os meninos. Eles têm que se afastar da mãe e se aproximar do pai, mas quem é o pai? Muitas vezes uma figura sombria, difícil de entender. Os meninos raramente vivenciam o pai como fonte de acolhimento. O que significa ser do sexo masculino? Para Osherson, o menino é deixado em uma posição vulnerável: ter que se distanciar da mãe sem um pai para fornecer um modelo de masculinidade. Os meninos tornam-se homens, segundo o autor, com um "pai ferido" dentro de si, com um senso de masculinidade enraizado na sua experiência com seus pais de rejeição, incompetência ou ausência.

Desenvolver a masculinidade e renunciar à mãe, segundo Osherson, é problemático para os meninos. Enquanto a maternagem costuma ser próxima, tangível, a paternagem é mais amorfa, o pai é mais remoto. O menino deve sentir uma sensação de perda e medo do abandono da mãe ao reconhecer que ser homem é diferente de ser mulher. Surge então um conflito com o vínculo que pode se prolongar por toda a vida, pois as mães esperam que seus filhos homens sejam mais independentes, menos apegados. O menino passa por um doloroso processo de afastamento da mãe para tornar-se homem.

Osherson (1986) identifica a tendência masculina a denegrir a mulher como uma necessidade de reprimir o desejo de ser cuidado, de permanecer próximo à mãe. O menino vive o conflito de ter que lidar com as partes dele mesmo que aparentam semelhança com a mãe e com o feminino, como a vontade de ser acolhido, confortado. O autor afirma que o homem não tem uma oportunidade verdadeira para lidar com a perda da mãe, para completar o processo de separação da mulher. O homem não teria aprendido, dessa forma, a ser cuidado, "nutrido" e a ter intimidade com um homem, começando pelo pai e terminando consigo mesmo.

Corneau (1989) também se debruça sobre a fragilidade da identidade masculina, afirmando existir uma carência de alicerce no homem. O autor lembra que desde o princípio da era industrial há cada vez menos contato entre pais e filhos. Para ele, há um silêncio hereditário que se transmite de uma geração a outra e que nega o desejo de cada adolescente de ser reconhecido e confirmado pelo pai. A ausência de atenção do pai resulta na impossibilidade de o filho identificar-se com ele para estabelecer a própria identidade masculina.

Pelo exposto até agora, chegamos a mais um importante aspecto do papel do pai em relação ao filho homem: servir de referência, de alicerce para o estabelecimento da identidade masculina. Isso é essencial, pois a identidade masculina permeará todas as relações do sujeito: como marido, como pai e até no trabalho. Corneau (1989) alerta que é absolutamente necessário que o homem comece a afagar seus filhos, principalmente os meninos, já que assim estimulará a sensibilidade deles e a sua própria. A experiência como pais e maridos cuidadores, afirma Osherson (1986), pode cicatrizar a ferida do relacionamento com os seus próprios pais.

Como diz Badinter (1992, p.69), citando Aristóteles: "É o homem que engendra o homem". Embora o filósofo estivesse se referindo à reprodução da espécie humana, a autora estende essa afirmação à formação do gênero masculino. Badinter, corroborando o ponto de vista de inúmeros autores como Osherson (1986) e Corneau (1989), sublinha que inúmeros meninos não encontram mais no pai, na nossa sociedade industrial, seu modelo de identificação.

O questionamento dos papéis sexuais estereotipados - gradualmente em curso atualmente - permite o surgimento de uma paternidade onde o cuidado e o acolhimento do filho não sejam vistos como atitudes femininas, maternais. Poder aconchegar-se ao pai facilita a aquisição da identidade masculina, na medida em que a separação gradativa da mãe deixa de ser um salto no escuro - há o pai como suporte. Apreçar cuidar e ser cuidado, segundo esse paradigma emergente, deixaria de ser uma ameaça à virilidade masculina.

A intimidade, o afeto e o envolvimento do pai influenciam, segundo dados de Lamb (1986), a capacidade de realização e empreendimento do filho - aptidões especialmente valorizadas no homem. A relação afetuosa entre os dois é mais importante que o pai ser um homem empreendedor que seria imitado. Lamb concluiu, através de diversos estudos, que a criança se beneficia de um bom relacionamento com o pai e a mãe. As características do pai como pai influenciam mais o desenvolvimento infantil do que as suas características como homem. As características parentais influenciam mais a criança que as características de gênero.

Pesquisas sobre os efeitos do envolvimento paterno demonstraram resultados consistentes (Lamb, 1986). Estudos onde o pai era responsável por pelo menos 40 a 45% do cuidado infantil mostraram como resultado crianças descritas como tendo alta competência cognitiva, grande empatia, menos crenças sexuais estereotipadas e maior controle interno.

Entretanto, não podemos deixar de destacar que um dos grandes obstáculos ao envolvimento paterno é a própria mãe. Dados de pesquisa apontam que muitas mulheres não gostariam que seus maridos estivessem mais envolvidos do que atualmente estão (Lamb, 1986). Um ponto crucial é a ameaça ao poder na família. A autoridade feminina no manejo da casa e como mãe não têm sido questionada, são áreas onde a mulher realmente tem controle e poder. Outro ponto é a visão que muitas mulheres têm do homem como incompetente na área

doméstica. Assim, várias mulheres preferem manter a autoridade no campo do cuidado infantil, mesmo que isso traga exaustão física e psíquica.

Burdon (1998) também alerta que os homens são muitas vezes ativamente excluídos de um maior envolvimento por suas companheiras. O autor reforça a necessidade de um realinhamento das estruturas de poder materno dentro da família, além de ser importante que as mulheres estejam dispostas a deixar que os seus companheiros aprendam e até mesmo façam as coisas a sua maneira.

Uma barreira importante ao maior envolvimento paterno é a falta de respaldo da sociedade para um investimento maior na família, já que isso provavelmente afetaria a dinâmica do trabalho. Na medida em que a prioridade do homem passe a ser o seu filho, será necessário que a lei o proteja para que não perca o seu emprego, passando a ter direitos sociais como creche, licença paternidade, etc. (Silveira, 1998). De acordo com Lamb (1986), um horário de trabalho mais flexível seria mais útil que uma licença paternidade, já que nos EUA, por exemplo, menos de 1/3 das mulheres têm licença maternidade paga.

O divórcio é também, atualmente, um grande desafio a uma relação mais próxima pai-filho. Silveira (1998) lembra que após a separação o homem passa de pai a visita, tendo a "permissão" de visitar seu filho um fim de semana a cada 15 dias. O pai dificilmente tem a guarda do filho; o juiz reproduz o modelo tradicional que santifica a díade mãe/criança (Badinter, 1992). O pai nem pensa em pedir a guarda e a mãe nem imagina que possa entregar a ele. Nesse cenário, a guarda compartilhada, muito discutida hoje em dia, pode ser pensada como uma saída importante para assegurar o lugar do pai (Polity, 2004).

Além da delicada questão da guarda, o pai tende a se afastar do filho quando a relação conjugal entra em crise, como se o casamento e a paternidade fossem um "pacote", como sinaliza Felzenszwalb (2003). Segundo dados da pesquisa de Féres-Carneiro (2001) sobre a identidade conjugal no casamento contemporâneo, os homens definem casamento como "constituição de família" e as mulheres como "relação amorosa". Talvez isso explique, em parte, a frequência com que os homens se afastam dos filhos após a separação. Se, acabando o casamento, acaba a família, o homem tenderia a se desfazer do "kit" todo, incluindo os filhos. Enquanto isso, para a mulher, considerando sua definição de casamento, a separação indicaria apenas o fim da relação do casal, e não da família.

A investigação de Dantas (2003) sobre o exercício da paternidade após a separação revelou que a educação e os limites eram vistos como atribuições da mãe. O contato entre o pai e os filhos era mais voltado para o lazer. As respostas foram unânimes: a mãe é quem educa e o pai procura manter os limites impostos pela mãe. Os dados de Dantas corroboram a questão da separação, atualmente, ser mais um obstáculo ao maior envolvimento paterno. O pai, mesmo que mantenha o contato como os filhos - o que nem sempre acontece - não se sente responsável por eles, parecendo agir como um tio ou avô que brinca, mas não educa.

A responsabilidade é o componente do envolvimento paterno mais importante e, ao mesmo tempo, o mais difícil de ser avaliado nas pesquisas, segundo Lamb (1986). As outras categorias comumente utilizadas são: tempo despendido na interação direta com a criança e acesso à criança. A categoria acesso significa estar com a criança, mesmo que não seja em uma interação direta. Um exemplo é cozinhar enquanto a criança brinca. Consideramos essa diferenciação das categorias muito útil para a discussão do que é importante em relação ao lugar do pai. O tempo com a criança e o acesso a ela são variáveis importantes, porém estão aquém do conceito bem mais amplo de responsabilidade. A responsabilidade abrange ser ativo na organização e no planejamento da rotina do filho. É bem diferente de ajudar e brincar dentro de uma estrutura já montada pela mãe.

Abordamos a importância da presença paterna e o seu lugar no desenvolvimento do indivíduo. Uma outra forma de entender o papel do pai é através do estudo das conseqüências da sua ausência. Se o pai é importante, o que acontece quando ele está ausente? Antes, faz-se necessário definir melhor o termo ausência ou o que caracteriza um pai ausente.

Consideramos apropriada a definição de Corneau (1989) para a expressão "pai ausente". Primeiramente, ela abarca tanto a ausência psicológica quanto a física do pai. Refere-se à ausência emotiva e também àquele pai que, apesar da presença física, comporta-se de maneira inaceitável. O autor dá como exemplo pais autoritários que abafam qualquer iniciativa criadora e pais alcoólatras. A paternagem inadequada é resumida por Stevens (apud Corneau, 1989) através dos seguintes comportamentos: ausência prolongada do pai por qualquer motivo; falta de resposta do pai à necessidade de afeto e dedicação do filho; ameaças de abandono utilizadas com o objetivo de punir ou disciplinar a criança; indução de

culpa no filho; agarrar-se ao filho, como no caso do pai alcoólatra, levando a criança a crescer depressa demais para a sua idade. Corneau acrescenta ainda à listagem de Stevens: agressão física regular e fazer do filho o bode expiatório da patologia familiar.

Os comportamentos paternos listados acima, segundo Corneau, provocam no filho falta de confiança em si mesmo, timidez excessiva e dificuldade de adaptação. Ele tenderá a ser imaturo e dependente demais, podendo desenvolver: angústia, depressão, obsessões, compulsões e fobias; além de uma tendência a reprimir fortemente a sua raiva. O autor observa que a carência pela ausência do pai é muitas vezes compensada por uma idealização inconsciente. O próprio pai poderá ser idealizado ou será buscado um pai ideal como substituto.

Sudbrack (1992), através da análise de conteúdo de 90 sessões de terapia familiar com 11 famílias atendidas em um serviço de Educação Assistida do Ministério de Justiça de Paris, concluiu que a passagem ao ato delinqüente representava um apelo ao pai na busca da lei. O pai nestas famílias era desconhecido, perdido ou excluído. O Juiz de Menores representava, então, um substituto parental. Para Sudbrack, o pai real falhou levando a um apelo à lei que não existia na família.

No Brasil, o trabalho de Levy (2003) também remete a questões semelhantes às levantadas por Sudbrack (1992). A autora também reflete sobre o apelo à Justiça como reflexo da dificuldade da família em conter os seus filhos, exercendo a sua autoridade. Na 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, pais ou responsáveis procuravam o juiz Siro Darlan - conhecido por sua freqüente exposição na mídia - para encontrar soluções para seus conflitos familiares. Esperavam encontrar no juiz uma referência de autoridade diante de crianças e adolescentes com os quais não conseguiam lidar. Queixosos quanto à rebeldia e agressividade dos filhos, eles pediam providências ao Estado, demandando a intervenção de uma autoridade que julgavam ser capaz de estabelecer os limites que não conseguiam colocar.

Pesquisas sobre garotos que crescem sem o pai mostram resultados que vão ao encontro das crenças populares: eles parecem ter problemas na área da identidade sexual; desempenho escolar; ajustamento psicossocial e, talvez, no controle da agressividade (Lamb, 1986). Isso não quer dizer que toda criança que cresce sem o pai terá problemas, enquanto aquelas criadas com o pai se

desenvolverão normalmente. Outro ponto importante relativo à ausência do pai, destacado por Lamb, é a falta de alguém que ajude nos cuidados infantis, que dê um suporte à mãe. Há um stress econômico em ser mãe solteira, além do stress da desaprovação social. Por último, muitas crianças são criadas sem o pai devido ao divórcio, o que gera conflitos e hostilidade na família.

Outras características dos filhos que não receberam uma paternagem adequada, citadas por Corneau (1989), e importantes quando refletimos sobre a adicção são: dificuldade de exercer e respeitar autoridade; complicações na organização da própria vida e dificuldade em assumir valores morais, responsabilidades e em desenvolver o senso do dever e de obrigação em relação ao outro.

Concordamos com Olievenstein (1987, p.58) quando escreve: "Onde o pai falha no que é sua função a droga vai funcionar como um tipo de ortopedia". Entretanto, entendemos que a "falha" do pai só pode ser compreendida em um contexto relacional, no triângulo pai-mãe-filho. Cada parte do sistema familiar tem relação com a problemática adictiva. A falha do pai a que Olievenstein se refere é muitas vezes alimentada pela mãe. A autoridade do pai, como sublinha Schenker (1993), é desqualificada e rejeitada nessas famílias. Cabe lembrarmos, que embora a ausência paterna - enquanto autoridade - seja frequentemente observada nas famílias adictivas, nem todas as famílias com esta característica vão apresentar problemas relacionados ao uso de drogas.

Consideramos a discussão do lugar do pai na família adictiva de extrema importância. Clínicos e estudiosos assinalam a fragilidade da figura paterna nessas famílias. O pai, enquanto terceiro da relação mãe-filho, é um eficaz antídoto à dependência relacional, combustível de outras dependências, como a de drogas, que travam o desenvolvimento do indivíduo e da família em seu ciclo vital.

A adicção traz à tona o tema da transgressão dos limites pessoais, familiares e sociais. Qualquer dependência sinaliza a ausência de fronteiras, de limites entre a pessoa e aquilo que ela depende. A presença marcante e marcada do pai é um limite à codependência da mãe e à dependência do filho - dela e da droga. Tal presença só se constitui em limite quando baseada em autoridade, que por sua vez só se institui com afeto. O autoritarismo e o *laissez-faire* só fomentam a transgressão.

A funcionalidade familiar depende do grau de flexibilidade do sistema. Mais uma vez, aqui o pai é fundamental para evitar a cristalização da díade mãe-filho. O pai, como terceiro significativo, promove uma maior circulação de pontos de vista, auxiliando na oxigenação do sistema e prevenindo a rigidez familiar patogênica.

A maioria dos dependentes - principalmente de drogas ilícitas - é do sexo masculino. Abordamos o quanto é difícil o processo de formação da identidade masculina. Nesse processo, a referência é o pai, enquanto modelo para identificação. Se o pai falta como suporte e base para o desenvolvimento da masculinidade, acreditamos que esse referencial será buscado fora de casa.

O uso de drogas, em alguns casos, pode representar uma tentativa de afirmação da masculinidade, considerando-se os estereótipos de gênero que associam ser homem à arriscar-se. Além disso, o próprio efeito psicoativo da substância pode atuar como recurso mágico para os garotos inseguros lidarem com situações de paquera, por exemplo. O traficante ou o líder de um grupo de usuários de drogas pode entrar no lugar de pai substituto para aqueles garotos sem uma referência sólida masculina. O traficante, ou mesmo o usuário de drogas mais velho, com dinheiro e mulheres à sua volta, poderá ser idealizado como herói desbravador, macho destemido. Mais uma vez, alertamos que estas questões que levantamos não causam dependência de drogas, sendo apenas variáveis que podem influenciar o contato com a droga, não necessariamente levando à adicção.

Concordamos com a afirmação de Felzenszwalb (2003) de que os pais não são mães masculinas. O pai introduz a diferença. Ele dá uma contribuição diferente à família, com seu estilo próprio que faz um contraponto à mãe. Todo mundo tem um pai biológico, a figura do pai não é opcional, como lembra Felzenszwalb. O pai - presente ou ausente - é constituinte essencial da história, da identidade e da vida do filho.

Nossa posição é que o pai tem um papel muito importante na formação do indivíduo: como referencial masculino e como primeiro limite à relação mãe-filho, favorecendo o descolamento da família e a sua inserção social. O pai, respaldado e autorizado pela mãe, estimulará a autonomia do filho ao desenvolver uma relação baseada na intimidade, no afeto e em limites claros. Não é possível apagar a figura do pai, ela estará sempre presente na fantasia do filho, seja positiva ou negativamente. Ainda que outras pessoas do sexo masculino, como

um pai adotivo, avô ou padrasto, possam desempenhar o papel paterno, isso também não exclui do imaginário do filho o pai biológico.